



1087kWh poupados com a

**Filipe Alves Moreira**

Ativar alertas

Professor universitário, Universidade Aberta e IELT/Universidade Nova de Lisboa

## Como chegaram até nós as fontes narrativas medievais portuguesas?

*Por vezes, quando lemos as fontes narrativas, lemos realmente algo muito diferente do que esperávamos.*

11 dez. 2025, 00:12



1



Oferecer

Para compreendermos como éramos — ou, mais precisamente, como era uma parte das elites portuguesas durante a Idade Média —, as chamadas “fontes narrativas” assumem um papel fundamental. Entre estas fontes, destacam-se as crónicas, os livros de linhagens e os anais. Apesar de relativamente escassas, durante muito tempo, constituíram a espinha dorsal do conhecimento histórico que se transmitia e vulgarizava sobre o passado remoto português. A persistência das imagens construídas ou veiculadas por estas fontes é impressionante. Quem as conhecer, encontra facilmente o seu eco em manuais escolares e autores vários – para não falar na importância que tiveram enquanto modelo ou fonte de inspiração para artistas plásticos, ficcionistas e afins.

Temos 40 passes anuais DAZN para presentear, 311,88€ 0€ Assinar



*Crónica de D. João I.*

Nas últimas décadas, elas têm sido alvo de redobrada atenção. Estuda-se o seu contexto de produção, a sua intencionalidade

Temos 40 passes anuais DAZN para presentear, 311,88€ 0€ Assinar

usavam para convencer quem os lia ou ouvia ler. É verdade que, de um modo ou de outro, estes aspetos sempre foram uma preocupação. Nunca se ignorou a existência de histórias partidárias e toda a história corria o risco de assim poder ser considerada. O famoso prólogo da primeira parte da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, com as suas críticas aos autores movidos pela “mundanal afeição” (e por isso não isentos) é só um exemplo dessa suspeita. Também sempre se soube que a escrita da história tinha, potencialmente, efeitos sobre o presente, e isso motivava pressões, queixas, indignações, vigilâncias – aí está outro cronista do século XV, Gomes Eanes de Zurara, a dizer numa das suas obras que ainda mal pegava na pena para escrever e já tinha muita gente a espreitar por cima do seu ombro. É fácil perceber a sua angústia: como narrar a cobardia de tal ou tal nobre que fugiu do campo de batalha, na presença de um filho ou neto desse nobre bem colocado e a quem porventura se devem favores? Sempre houve, portanto, sensibilidade para este tipo de questões. Sucede que, nas últimas décadas, elas estão no centro das atenções e, claro, o seu tratamento recorre a métodos mais rigorosos e propriamente científicos.

## Sem ideias para o Natal?

Ofereça o Cartão Presente Observador ao melhor preço do ano.

Oferecer

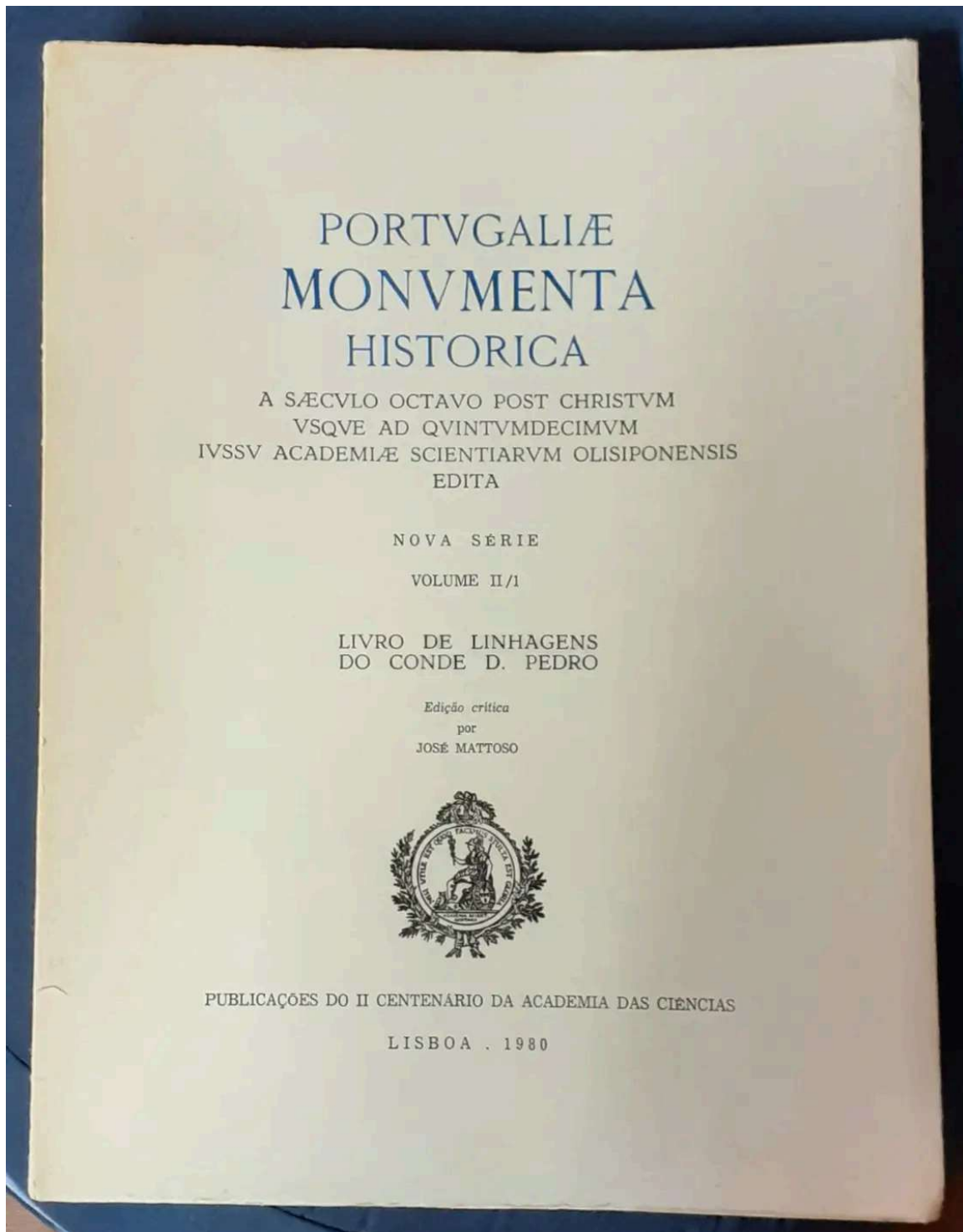
Apenas disponível até 28 de Dezembro

Mas, como chegaram até nós estes textos narrativos? Quem realmente escreveu o que se lê nas edições? É seguro que Fernão Lopes ou Zurara escreveram aquelas palavras ou que o Conde D. Pedro escreveu o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*? Estas são outras das questões ultimamente muito debatidas e analisadas entre os especialistas. Todavia, é possível que a sua difusão fora de

Temos 40 passes anuais DAZN para presentear, 311,88€ 0€ Assinar

seja ainda escassa. Por isso, e pela enorme relevância destes textos para sabermos como éramos nessas épocas, parece-me oportuno trazer à colação um conjunto de exemplos acerca do modo como alguns dos mais famosos textos narrativos medievais portugueses chegaram até nós, e de alguns equívocos que o seu processo de edição e difusão foi conhecendo.

Comecemos por recordar que, em épocas em que só havia ou predominavam cópias manuscritas, para se ter acesso a determinada obra, era necessário ter contacto com quem a produziu. A partir daí, as cópias sucediam-se ao sabor dos interesses e gostos de cada pessoa, grupo ou instituição que as mandava fazer. Como os motivos de interesse divergiam, assim iam divergindo os tipos de cópias realizadas: havia-as mais ou menos fiéis, integrais ou abreviadas, eventualmente amplificadas ou glosadas, aumentadas aqui, cortadas ali. Entre os aspetos mais sujeitos a mudanças estavam os títulos, que dependiam mais dos interesses e gostos de quem copiava do que da intenção do autor do texto.



*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, nos Portugaliae Monumenta Historica.*

Os títulos são, por isso, frequentemente convencionais, criações de estudiosos posteriores. E são também dos aspetos mais propensos a equívocos. Desde o grande Alexandre Herculano, que as editou parcialmente nos *Portugaliae Monumenta Historica*, são bem conhecidas as *Crónicas Breves de Santa Cruz de Coimbra*, especialmente relevantes pelo que dizem acerca dos primórdios de

3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> *Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*. Mas não é exagerado dizer-se que, nestes títulos, só o “breve” é correto. Crónicas – verdadeiramente, só as duas últimas o são, e mesmo estas apenas fragmentos de crónicas mais vastas. De Santa Cruz de Coimbra? Distingamos. O que é de Santa Cruz de Coimbra é o manuscrito em que se encontram copiadas, e que Herculano (entre outros) editou. Mas uma coisa é estas pequenas “crónicas” terem sido compostas em Santa Cruz de Coimbra; outra, e é isso que maioritariamente sucede, é que tenham sido apenas copiadas em Santa Cruz de Coimbra. E de quando data o manuscrito (presentemente na Biblioteca Pública Municipal do Porto) que contém estas “crónicas”? Talvez surpreenda alguns leitores dizer-se que é, seguramente, dos últimos anos do século XV (há alusões, por exemplo, a acontecimentos da década de 1470), embora Herculano tenha editado, somente, o que dizia respeito aos primeiros reis.

Perguntava há pouco se o famoso Conde D. Pedro de Barcelos, filho de D. Dinis, escreveu o não menos famoso *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Será já geralmente sabido que não – a muito importante obra que conhecemos por esse título resulta do trabalho de diferentes mãos. Fala-se, geralmente, em seis mãos: as do próprio Conde, que começou a escrever a obra, e a de dois anónimos autores da segunda metade do século XIV, os quais acrescentaram e reformularam numerosos trechos. Mas a história desta obra não acabou aí. Muita gente conhecerá a narrativa da batalha do Salado presente nesta obra e talvez composta por um dos refundidores de finais do século XIV. Até há pouco tempo, este trecho era mesmo leitura escolar. Pois bem: de todas as numerosas cópias existentes do *Livro do Conde*, só numa (a mais antiga, e por sinal incompleta porque perdeu muitas folhas) existe este trecho. Em inícios do século XVI, o rei D. Manuel ordenou a execução de uma cópia, em estilo Leitura Nova, do *Livro de Linhagens*. Nessa cópia, assim como em todas as restantes, não existe a narrativa da batalha do Salado, que, no entanto, era certamente conhecida na corte. Foi amplamente aproveitada pelo cronista Rui de Pina

na sua *Crónica de Afonso IV*. Quem – e porquê – eliminou a narrativa da batalha do Salado? Não sabemos.

Apenas mais um exemplo, e já que falamos de Rui de Pina e da corte de D. Manuel. Muito recentemente, a Imprensa da Universidade de Coimbra publicou a edição da *Crónica de Afonso V*, da responsabilidade de Thomas Earle. É um marco: pela primeira vez, podemos ler algo próximo do que Rui de Pina realmente escreveu. Esta afirmação talvez surpreenda – pois não havia edições das crónicas de Rui de Pina? Claro que havia. Simplesmente, eram tão más que mal se pode dizer, em rigor, que através delas tenhamos acesso às palavras do cronista. Frases sem sentido, omissão de palavras ou segmentos, reformulação de capítulos – tudo isto e mais um largo etc. se encontra nessas realmente más edições anteriores. Pior: se desta Crónica e das crónicas dos sete primeiros reis escritas por Pina há já edição ou estudo das cópias, das Crónicas de D. Duarte e de D. João II nunca, sequer, verdadeiramente se estudaram as cópias existentes.

São só alguns exemplos do que realmente lemos quando lemos as fontes narrativas – por vezes, algo muito diferente do que esperávamos.

***[Os artigos da série Portugal 900 Anos são uma colaboração semanal da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. As opiniões dos autores representam as suas próprias posições.]***



Receba um alerta sempre que Filipe Alves  
Moreira publique um novo artigo.

 Ativar alertas

PORTUGAL 900 ANOS HISTÓRIA CULTURA

1

Proponha uma correção, sugira uma  
pista: [leitor@observador.pt](mailto:leitor@observador.pt)



Oferecer

Temos 40 passes anuais DAZN para presentear, 311,88€ 0€ Assinar